

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara  
CAMÕES, e, VII e 14

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira

**Diretor de Redação**  
Luiz Adolfo Pinheiro

**Diretor Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi

**Editor-Chefe**  
Jota Alcides

**Diretor de Marketing**  
Márcio Cotrim

## Ajuste econômico

A viagem do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira a Washington na próxima semana, a fim de participar da reunião anual do FMI, terá um caráter meramente protocolar. Sem poder exibir ao órgão o cumprimento das metas pactuadas na última carta de intenções, o representante brasileiro experimentará o constrangimento de um contato inútil, simples obediência a uma agenda de conhecimento prévio.

Em função da crise política gerada pela CPI do caso PC e, posteriormente, em razão do ajuizamento do impeachment contra o Presidente da República perante a Câmara dos Deputados, as providências destinadas a reduzir o déficit público e conter a emissão de papel-moeda não chegaram a operar efeitos no plano da realidade. Entrementes, encontra-se estacionado no Congresso o elenco de reformas constitucionais concebido para promover o ajustamento da economia, na linha dos acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional. Em consequência, a ida do ministro Marcílio a Washington não alterará em nada a situação do Brasil perante a comunidade financeira mundial.

A indefinição política em relação ao futuro próximo inibe a área econômico-financeira do Governo a realizar conversações para renegociar as metas não cumpridas. Não há qualquer possibilidade de estabelecer níveis de comprometimento no tocante à regularização do déficit público e enxugamento da base monetária no último trimestre do ano, conforme se exigiria em eventual renegociação das metas.

Entre as decorrências mais perniciosas provocadas por semelhante situação está a falta de conclusão para o entendimento com os bancos credores privados, em relação à dívida pendente de 45 bilhões de dólares, objeto de anterior sinalização positiva do FMI. É óbvio

que, enquanto não for possível a concretização do acerto, não será viável contar com a reabertura do sistema financeiro internacional para concessão de créditos e financiamentos. Do mesmo modo, o impasse provocará a retração dos investidores externos interessados em áreas dinâmicas da economia nacional.

A conjuntura projeta desdobramentos ainda mais inquietantes em face da decisão do Congresso Nacional de só votar o ajuste da economia, contemplado no mencionado elenco de reformas constitucionais, após a deliberação sobre o pedido de impeachment do Presidente da República. Não importa, agora, discutir se o clima político torna inevitável o adiamento da questão, por força das condições impróprias ao seu adequado tratamento, segundo as explicações oferecidas pelas lideranças do Congresso. O fato verdadeiro é que a procrastinação do processo legislativo importará em prejuízos consideráveis e irreversíveis à reestruturação do sistema econômico. Essa, portanto, a realidade posta diante do Poder Legislativo, por certo destinada a suscitar novas reflexões em torno da matéria.

Não há como descartar a evidência de que o ajuste econômico, em torno do qual milita extraordinário consenso, é vital para reencaminhar a economia para o leito da normalidade e abrir expectativas reais para a retomada do crescimento.

Assim, seria de todo conveniente que o Legislativo pudesse encontrar os pontos de concordância interpartidária para arrematar o ajuste mesmo diante da conjuntura marcada pela exaltação política. Afinal, aprovado ou não o impeachment, o Brasil não poderá cultivar anseios modernizadores e reativar a sua economia se não dispuser dos instrumentos previstos na proposta de ajuste há tempos submetida à apreciação do Congresso.